

**MANUAL SOBRE  
A LEI DE  
RESPONSABILIDADE  
FISCAL**

## **ORGANIZAÇÃO**

QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 5ª ICE

## **COORDENAÇÃO**

Luiz Genédio Mendes Jorge

## **ELABORAÇÃO**

Equipe da 5ª ICE

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Tribunal de Contas (TCDF)  
Manual sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.-- Brasília : 5ª ICE,  
2007.

209p.

1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (2000). Brasil. 2. Receita  
Pública, legislação, Brasil. 3. Despesa Pública, legislação, Brasil. 4.  
Orçamento, legislação, Brasil.

CDU 336.1/.5(81)(094)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 5ª ICE

Praça do Buriti, Edifício Presidente Costa e Silva – Anexo, 5º andar

CEP 70075-901 – Brasília (DF)

Tel.: 0 xx (61) 3314-2150

e-mail: ice5@tc.df.gov.br

# **COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL - 2007**

## **CONSELHEIROS**

PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA – PRESIDENTE

ANILCÉIA LUZIA MACHADO – VICE-PRESIDENTE

RONALDO COSTA COUTO

MARLI VINHADELI

JORGE CAETANO

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

## **AUDITOR**

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

## **PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA – PROCURADORA-GERAL

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

INÁCIO MAGALHÃES FILHO



## APRESENTAÇÃO

Esta versão do Manual sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/00 consolida os entendimentos do Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca do assunto e atualiza o estudo feito pela Quinta Inspeção de Controle Externo – 5ª ICE após a edição da LRF.

Na elaboração deste trabalho cuidou-se em não interpretar de forma isolada, restrita e literal as linhas da LRF, pois o ordenamento jurídico constitui sistema normativo hierarquizado e, por este ângulo, deve ser visto e compreendido em seu conjunto, como bem ensina Juarez de Freitas<sup>1</sup>.

*"Todas as frações do sistema jurídico estão em conexão com a inteireza de seu espírito, daí resultando que qualquer exegese comete, direta ou indiretamente, uma aplicação de princípios gerais, de normas e de valores constituintes da totalidade do sistema jurídico.*

*Retido este aspecto, registre-se, outrossim, que cada preceito deve ser visto como uma parte viva do todo, eis que é do exame em conjunto que pode resultar melhor resolvido qualquer caso em apreço, desde que se busque descobrir qual é, na respectiva situação, o interesse mais fundamental. Com efeito, diz bem Canaris, 'só a ordenação sistemática permite entender a norma questionada não apenas como fenômeno isolado, mas como parte de um todo. (...) Inversamente, o sistema sofre, através da ordenação de uma nova previsão, em certas circunstâncias, um enriquecimento ou uma modificação interiores (...) Existe, portanto, um processo dialético de esclarecimento duplo'.*

*Inegável, pois, o valor para a hermenêutica jurídica da chamada ordenação sistemática, a qual decididamente não pode ser confundida com um mero elemento ou método interpretativo, por que somente uma exegese que realize tal ordenação é capaz de estabelecer o alcance teleológico dos dispositivos, realizando o mister de harmonizar os comandos, de sorte a resguardar e a manter a unidade em meio à multiplicidade axiológica.*

---

<sup>1</sup> FREITAS, Juarez de. *A Interpretação Sistemática do Direito*. Malheiros Editores, 1995.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

*Em outras palavras, não se pode considerar a interpretação sistemática, como menciona o clássico Carlos Maximiliano, como um processo dentre outros, da interpretação jurídica. É, pois, a interpretação sistemática o processo hermenêutico, por essência, do Direito, de tal maneira que se pode asseverar que ou se compreende o enunciado jurídico no plexo de suas relações como o conjunto dos demais enunciados, ou não se pode compreendê-lo adequadamente (...). É de se afirmar, com os devidos temperamentos, que a interpretação jurídica é sistemática ou não é interpretação.*

*Além disso, mais do que leis esparsas, o que importa compreender é o Direito. Mais do que a valorização deste ou aquele princípio singularmente considerado, o que precisa ser destacada é a necessidade da hierarquização dos princípios, das normas e dos valores, à vista da condição mutuamente entrelaçados. O princípio da legalidade, por exemplo, é um dos importantíssimos e irrenunciáveis princípios jurídicos, mas a cognição do seu alcance somente é possível na leitura combinada com outros princípios de igual relevo, tais como o da moralidade e mesmo o da legitimidade. Interpreta-se uma parte, portanto, sem se permitir que a mesma se pretenda uma totalidade isolada e impeditiva da formação de um sistema jurídico dotado da indispensável racionalidade interna, considerada esta sempre no seu significado contemporâneo.”*

Recorreu-se, ainda, aos ensinamentos de Carlos Maximiliano<sup>2</sup>:

*"Preocupa-se a hermenêutica... com o resultado provável de cada interpretação. Toma-o em alto apreço; orienta-se por ele; varia tendo-o em mira, quando o texto admite mais de um modo de entender e aplicar. Quanto possível, evita uma consequência incompatível com o bem geral; adapta os dispositivos às idéias vitoriosas entre o povo em cujo seio vigem as expressões sujeitas a exame.*

*Prefere-se o sentido conducente ao resultado mais razoável, que melhor corresponda às necessidades da prática, e seja mais humano, benigno, suave.*

*É antes de crer que o legislador haja querido exprimir o conseqüente e adequado à espécie do que o evidentemente injusto, descabido, inaplicável, sem efeito. Portanto, dentro da letra expressa, procure-se a interpretação que conduza a melhor consequência para a coletividade.*

---

<sup>2</sup> MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Edição Revista Forense, 1998, p. 165-166.



# **MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

*Deve o direito ser interpretado inteligentemente: não de modo que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis..."*

Convém lembrar que este manual não é um marco conclusivo, pois doravante vem o desafio mais árduo, que é mantê-lo atualizado, missão que será possível com a colaboração da direção desta Casa e dos servidores que dignificam os trabalhos da Quinta Inspetoria.

Brasília, junho de 2007.